

CONCEITO DE REVOLUÇÃO NA HISTORIOGRAFIA DAS REVOLUÇÕES MEXICANA E CUBANA

José Santana da Silva¹

santanajosilva@gmail.com (PQ)*

Campus Anápolis de Ciências Socioeconômicas e Humanas da UEG.

Resumo

A historiografia engloba tanto a pesquisa quanto a escrita da história, incluindo o que se convencionou denominar como “história da História”, isto é, a análise da produção sobre os acontecimentos ou processos históricos. Este é o sentido do termo historiografia empregado neste trabalho que analisa o significado do conceito de revolução na produção historiográfica que aborda as revoluções mexicana e cubana. A revolução mexicana teve início em 1910, estendendo, de acordo com os marcos cronológicos adotados por cada autor, até 1917 ou 1920. Foi o primeiro grande acontecimento que marcou o início da história da América Latina no século 20. Já a revolução cubana teve início com uma insurreição em 1953 e completou seu ciclo guerrilheiro com a vitória dos rebeldes em 1º de janeiro de 1959. Pela radicalidade assumida pelos dirigentes cubanos, após a vitória contra o regime ditatorial comandado por Fulgencio Batista (1952-1959), a revolução cubana exerceu grande influência nas sociedades do continente. A análise do significado desses acontecimentos tem como referência o conceito de revolução formulado por Marx.

Palavras-chave: Relações de produção. Capitalismo. Revolução burguesa. Insurreição. Historiografia.

Introdução

No século 20, foram muitos os movimentos reformistas radicais ocorridos na América Latina, muitos deles considerados revolucionários, inclusive a insurreição que levou a Aliança Liberal liderada por Getúlio Vargas ao poder no Brasil em 1930. Neste trabalho, porém, não são abordados todos os movimentos classificados como “revolucionários” ocorridos nos países latino-americanos na última centúria, algo impraticável em espaço tão restrito. Precisamente, são alvos desta pesquisa apenas as revoluções mexicana e cubana. Mais precisamente, trata-se de uma análise do significado atribuído pela produção historiográfica a esses acontecimentos. Também, não houve a pretensão de abarcar toda a historiografia sobre o tema, mas apenas algumas das inúmeras obras publicadas no Brasil, várias delas editadas originalmente em outros idiomas.

Antes da revolução cubana, a mexicana foi a grande referência de movimento revolucionário na América Latina. Embora nascida de uma tendência de

oposição burguesa ao regime político comandado pelo ditador Porfírio Díaz (1876-1880; 1884-1911), a revolução mexicana assumiu maior radicalidade a partir do envolvimento dos camponeses liderados por Emiliano Zapata, no sul do país, e do exército popular comandado por Francisco “Pancho” Villa (José Doroteo Arango). Embora o *Plan d’Ayala* em que Emiliano Zapata esboçou as demandas dos camponeses expropriados date do final de novembro de 1911, foi na convenção de Aguascalientes (outubro de 1914) que a tendência camponesa atingiu o seu auge no processo insurrecional. Nem por isso foi capaz de superar a fração burguesa e realizar as mudanças sociais, econômicas e políticas pretendidas. Mesmo limitadas, as reformas que se sucederam nas décadas posteriores à revolução decorreram da intervenção dos camponeses no movimento insurrecional. Os esforços de militantes anarquistas não foram suficientes para o envolvimento massivo da classe operária ao lado do campesinato. Ao contrário disso, a burocracia das suas organizações foi cooptada pelos chefes burgueses.

A revolução cubana, iniciada com uma insurreição armada em julho de 1953 (tentativa de tomada dos quartéis de Moncada e Bayamo em Santiago de Cuba, na região oriental da ilha), não obstante os reveses sofridos pelos insurretos, vítimas da ação repressora do regime ditatorial que pretendiam extinguir, foi rearticulado dentro e fora do país (México), tendo como base territorial a mesma região em que havia sido iniciado. Assim como a insurreição ocorrida no México, a cubana teve como motivação imediata o combate a um regime político comandado pelo ditador Fulgêncio Batista (1952-1959), que contava com a anuência do governo norte-americano.

A base social e a liderança do movimento rebelde cubano não contaram com uma fração burguesa como o mexicano, ainda que seus principais dirigentes pertencessem a classes privilegiadas. Na fase insurrecional, os quadros da revolução cubana eram compostos por operários (o maior grupo), empregados administrativos, estudantes, camponeses e proletários rurais, profissionais liberais, pequenos comerciantes e trabalhadores do comércio, além de outras categorias de trabalhadores urbanos (FURINATI *apud* AYERBE, 2004, p. 30). Organizados no “Movimento 26 de Julho” os insurretos passaram a desenvolver uma guerra de guerrilha contra o regime ditatorial. No período que transcorreu entre o final de 1956 e a vitória em 1º de janeiro de 1959 o movimento ampliou suas bases, tanto nas cidades quanto no campo. No percurso da luta, os objetivos dos rebeldes foram

ampliados: da meta inicial de pôr fim ao governo ditatorial e restabelecer a democracia representativa burguesa, passaram a incorporar bandeiras de reformas sociais (agrária, urbana, trabalhista, educacional etc.). Mais do que isso, impulsionados pelas necessidades e aspirações dos trabalhadores assalariados e camponeses e fustigados pela reação da burguesia cubana, do capital e do Estado norte-americanos, os guerrilheiros vitoriosos pretenderam implementar no país um regime dito “socialista”.

Conforme já indicado acima, o tema central desta pesquisa é a produção historiográfica sobre as revoluções mexicana e cubana. O termo historiografia é adotado neste projeto na acepção propugnada pelo historiador espanhol Julio Aróstegui, definida sucintamente como “*investigação e escrita da História*” ou, em termos mais abrangentes, como “a atividade e o produto da atividade dos historiadores e também a disciplina intelectual e acadêmica por eles constituída” (ARÓSTEGUI, 2006, p. 36). Neste sentido, historiografia engloba tanto a pesquisa quanto a escrita da história, incluindo o que se convencionou denominar como “história da História”. Embora a definição de historiografia adotada por Aróstegui pressuponha a produção intelectual realizada por historiadores, ela não exclui as obras de mesma natureza escritas por pesquisadores e estudiosos de outras ciências sociais. Por isso, entre os textos historiográficos sobre as revoluções mexicana e cubana analisados neste trabalho incluem-se tanto obras produzidas por historiadores profissionais quanto por outros estudiosos.

Como o próprio título deste projeto indica, *revolução* é um conceito-chave desta pesquisa. No *Dicionário de política*, Gianfranco Pasquino define revolução como “a tentativa, acompanhada do uso da violência, de derrubar as autoridades políticas existentes e de as substituir, a fim de efetuar profundas mudanças nas relações políticas, no ordenamento jurídico-constitucional e na esfera socioeconômica” (PASQUINO, 2004, p. 1121). Esta definição contém uma limitação que mutila o conceito de revolução, uma vez que negligencia as suas determinações fundamentais, conforme indicadas por Marx. Mais restrita ainda é a concepção liberal formulada por Hannah Arendt, que, tomando como referências concretas a revolução francesa e a guerra de independência das treze colônias inglesas da América do Norte (Estados Unidos), indica como elemento definidor de revolução a luta pela liberdade política e de iniciativa (ARENDT, 2013).

Revolução é um conceito central na obra de Marx. Enquanto a história das sociedades de classes é apresentada como “a história da luta de classes” (MARX; ENGELS, 2003), a revolução representa a culminância desse processo. Resulta da contradição entre forças produtivas, num determinado estágio de desenvolvimento, e as relações de produção dominantes ou a “sua expressão jurídica” (MARX, 1986), que são as relações de propriedade. Num movimento dialético, as mesmas relações que impulsionam o desenvolvimento das forças produtivas tornam-se seu obstáculo. No “Prefácio” à primeira edição do livro um de *O capital*, Marx afirma:

Em uma certa etapa de seu desenvolvimento, as forças produtivas materiais da sociedade entram em contradição com as relações de produção existentes ou, o que nada mais é do que a sua expressão jurídica, com as relações de propriedade dentro das quais aquelas até então se tinham movido. De formas de desenvolvimento das forças produtivas essas relações se transformam em seus grilhões. Sobrevém uma época de revolução social (MARX, 1986, p. 25).

Essa concepção já havia sido antecipada em *A ideologia alemã*, de forma menos elaborada. Na realidade, a contradição que gera a revolução – forças produtivas *versus* relações de produção – deve ser entendida como o antagonismo entre classes. Entretanto, o confronto revolucionário não ocorre necessariamente na forma de enfrentamento direto entre as classes em luta. Desde o nascimento das sociedades modernas, com a constituição do Estado e ampliação crescente das suas funções de regularização e mediação das relações sociais, além da repressão às classes subalternas, a revolução se expressa cada vez mais no confronto com o Estado e cada vez menos no enfrentamento direto entre as classes antagonistas. Marx pôde verificar essa tendência na revolução de 1848 e na Comuna de Paris (1871), na França. No século 20, essa tendência se tornou mais explícita. Por esse motivo, o aspecto contestado pelos revolucionários parece se restringir ao regime político vigente. Isto leva muitos analistas a confundirem insurreição e até rebelião com revolução. Segundo Bravo (2004), a insurreição consiste num movimento mais ou menos generalizado contra o poder dominante – um governo e ou um regime político. Coincide, segundo ele, “com qualquer rebelião de massa e é caracterizado pelo uso da violência, mesmo que esta não se manifeste necessariamente em forma física ou material, mas somente moral” (BRAVO, 2004, p. 631). Trata-se, portanto, de um movimento com um propósito limitado, qual seja, destituir um governo ou extinguir um regime político. Porém, em dadas circunstâncias históricas, a insurreição pode se transformar num movimento revolucionário, tonando-se, nesse

caso, “uma espécie de preâmbulo para a revolução”, sendo que o “seu traço distintivo é, sobretudo, sua limitada duração no tempo” (*idem*). Por essa razão, “ou dá lugar à revolução e, nesse sentido, quer a preparação tática quer os objetivos estratégicos fazem parte de um mais amplo discurso que é a revolução, ou tem fim em si mesma”, tendendo a se transformar em “sedição ou motim” (*ibidem*).

Feitas esta explanação e a distinção entre os conceitos de revolução e insurreição, cabe a questão: até que ponto as revoluções mexicana e cubana podem ser definidas como tais? Em qual acepção os autores das obras aqui analisadas utilizaram o termo *revolução*?

Material e Métodos

As obras analisadas constituem as fontes utilizadas nesta pesquisa, além da bibliografia que contém os elementos teóricos necessários à análise do conceito de revolução adotado pelos seus autores.

Os pressupostos metodológicos que referenciam este trabalho são os do materialismo histórico dialético, conforme formulado por Marx, que se fundamenta na compreensão de que a consciência ou as representações da realidade formuladas ou reproduzidas pelos indivíduos, no caso, os autores das obras analisadas, é condicionada pelo seu ser social, mais amplamente, pelo contexto em que estão inseridos, levando-os a expressar interesses com os quais se identificam. Assim, Marx e Engels explicitaram esse pressuposto:

A produção das ideias, das representações e da consciência está, a princípio, direta e intimamente ligada à atividade material e ao comércio material dos homens; ela é a linguagem da vida real. As representações, o pensamento, o comércio intelectual dos homens aparecem aqui ainda como a emanção direta de seu comportamento material. O mesmo acontece com a produção intelectual tal como se apresenta na linguagem da política, na das leis, da moral, da religião, da metafísica etc. de todo um povo. São os homens que produzem suas representações, suas ideias etc., mas os homens reais, atuantes, tais como são condicionados por um determinado desenvolvimento de suas forças produtivas e das relações que a elas correspondem, inclusive as mais amplas formas que estas podem tomar. A consciência nunca pode ser mais que o ser consciente; e o ser dos homens é o seu processo de vida real (1998, p. 18-19).

No caso aqui abordado, se a produção intelectual dos autores dos textos analisados não se limita a uma “emanção direta de seu comportamento material”, expressa as suas perspectivas teóricas ou ideológicas e os condicionamentos da sua formação. Assim como o concreto “é a síntese de muitas determinações, isto é,

unidade do diverso” (MARX, 1986, p. 14), com o pensamento não poderia ser de outro modo. Nesse sentido, cada obra analisada é situada no contexto em que foi produzida, levando-se em conta os condicionamentos políticos e intelectuais dos seus respectivos autores. Nesta forma de investigação, a categoria *totalidade* é imprescindível.

Resultados e Discussão

De maneira geral, os historiadores não têm como hábito explicitar teoricamente os conceitos fundamentais que utilizam em sua produção. Como afirma Bloch (2001),

Decerto, por mais incompleta que em geral seja a aderência, os nomes dizem respeito, apesar de tudo, às realidades de uma influência forte demais para permitir um dia descrever uma sociedade sem que seja feito um largo emprego das palavras, devidamente explicadas e interpretadas (p. 142).

Admitido isto, a bem da coerência, o historiador, tal qualquer outro cientista social, não deve negligenciar a explicitação dos conceitos centrais de sua produção intelectual. Afinal, o conceito deve ser tomado como a expressão da realidade que nomina.

Nas obras historiográficas que abordam as revoluções mexicana e cubana aqui analisadas, verifica-se uma tendência predominante a apenas descrever os fatos. O caráter revolucionário daqueles acontecimentos é tomado como evidente. No entanto, no que se refere à revolução mexicana, cabe reconhecer que Américo Nunes (1999), embora dedique toda a primeira parte da sua obra a descrever os fatos e seus personagens, na segunda parte, desenvolveu um item em que discute o significado do conflito. Para ele, tratou-se de uma revolução, que consistiu no “momento histórico destinado a levar o movimento das formas capitalistas de produção a um estágio de hegemonia, abarcando o México todo” (p. 150). Nesse sentido, pareceu se tratar de uma revolução burguesa. No entanto, ele a caracteriza logo a seguir de uma forma tão ampla, em termos das classes e respectivos interesses sociais, que derroga o seu caráter exclusivamente burguês. Procurando defini-la, Nunes questiona e responde: “A Revolução mexicana é ‘popular, anti-imperialista, nacionalista e agrária’, ou ‘pequeno-burguesa e antifeudal’, ou ainda ‘social e anticapitalista’, ou simplesmente ‘liberal’? *Ela é tudo isso ao mesmo tempo*”

(p. 150; grifo meu). A seguir, apresenta argumentos que tornam mais clara sua definição:

A Revolução mexicana é obra da classe média, sobretudo dos seus intelectuais liberais-jacobinos, aliada ao proletariado das cidades saído do mutualismo e do cooperativismo, sob a direção daqueles. A originalidade desta Revolução é a tentativa do movimento agrário, do Norte (Villa) e do Sul (Zapata), de dispor de uma direção política (NUNES, 1999, p. 151).

Esta caracterização toma como referência a composição social dos rebeldes, dando pouca importância aos seus resultados. Mais do que isso, levando-se em conta o conceito de revolução formulado por Marx, desconsidera o fato de que as relações de produção capitalistas ampliadas durante o regime ditatorial de Porfírio Díaz (*porfiriato*) já eram dominantes, ainda que no campo, além do trabalho assalariado, ocorressem relações consideradas não capitalistas (para Nunes, “pré-capitalistas”), como a peonagem, por exemplo. Assim, o autor expõe sua compreensão do sentido da revolução no México:

O fim último da Revolução mexicana é a imposição hegemônica do modo de produção capitalista no interior da formação social mexicana – onde coexistem formas ‘pré-capitalistas asiáticas’, produção mercantil simples e relações sociais e de produção do tipo capitalista. A Revolução mexicana *tenta* destruir a dependência ‘semicolonial’ e ‘semifeudal’. Ela tende a *completar* a obra do Porfiriato, ou seja, a estruturar a dependência do trabalho em relação ao capital, *primeiro* através dos mecanismos da submissão *formal*, para passar em seguida à submissão *real* do trabalho ao capital (NUNES, 1999, p. 152).

Qual o parâmetro para caracterizar um modo de produção como dominante? Seria a predominância quantitativa das relações de produção que lhe são próprias ou o fato de a produção ser desenvolvida em função da realização do seu fim? Se no campo, onde vivia e trabalhava a maioria da população trabalhadora mexicana, a maior parte da produção tinha origem no campesinato e na peonagem, toda ela estava subordinada à acumulação do capital, ainda que sob a aparência de “acumulação primitiva”. As atividades que mais interessavam ao capital eram a mineração e a infraestrutura de transporte e estas já se encontravam dominadas por ele (capital estrangeiro), sendo desenvolvidas com base nas relações capitalistas de produção. O principal objetivo da fração burguesa mexicana insurreta era ampliar sua participação na extorsão do mais-valor. As medidas tomadas pelos governos herdeiros dos espólios da revolução demonstram isso.

Outro aspecto do movimento insurrecional no México que merece a atenção de Nunes é a crítica de que teria sido uma “revolução sem ideias”. O autor discorda dessa afirmação, embora concorde que “Sem teoria revolucionária, não há

movimento revolucionário” (NUNES, 1999, p. 147). Porém, argumenta que os vários “Planos” produzidos por intelectuais da “classe média”, aí incluído o *Plan San Luis*, demonstram que não se tratou de uma revolução desprovida de uma “ideologia”. Conforme afirma:

A ideologia da Revolução mexicana nada tem de socialista. Esta ideologia corresponde ao baixo nível de desenvolvimento das forças produtivas, bem como à inexistência de um proletariado industrial, poderoso e concentrado. É uma ideologia profundamente nacionalista, vale dizer, radicalmente distanciada do projeto proletário, que é internacionalista (NUNES, 1999, p. 149).

A partir dessa argumentação, poderíamos concluir que Nunes concebe a insurreição mexicana como uma revolução de classe média. Todavia, conforme já adiantado, ele a definiu como uma revolução, digamos, em termos sociais, policlassista. Mais uma vez cabe ressaltar que o autor não leva na devida conta a realização fundamental do conflito.

Outras obras analisadas não poderão ser aqui apresentadas. Ficam apenas mencionadas: **A Revolução Mexicana** (Barbosa, 2010); **Revolução mexicana: antecedentes, desenvolvimento, consequências** (BUSTO *et al*, 2008); **A revolução mexicana** (FLORES MAGÓN, 2003).

Mais intenso do que o debate sobre o significado da insurreição mexicana foram as discussões sobre o caráter da insurreição cubana. Ao reconstituir a história desse movimento, Emir Sader afirma ser “possível falar da revolução cubana em dois sentidos: como processo de luta pela tomada do poder por Fidel Castro e os companheiros que com ele lutaram na oposição institucional ao regime de Fulgência Batista” (SADER, 1985, p. 5). Considerado como tal, tratou-se de “um movimento guerrilheiro que capitalizou o descontentamento do povo contra as condições de miséria, corrupção, falta de liberdade e dependência em relação aos EUA, para instalar um governo revolucionário nos primeiros dias de 1959” (*ibidem*). No segundo sentido, teria sido a continuação das lutas pela independência de Cuba do domínio espanhol no século 19.

A insurreição cubana, certamente contou com maior participação de trabalhadores urbanos do que a mexicana. Mas não pode ser considerada uma revolução proletária. Os trabalhadores saíram da dominação do capital e caíram sob o domínio da burocracia partidária/estatal, num regime denominado “comunista”, mas que seria melhor definido como “capitalismo de estado” (VIANA, 1993).

Esta análise daria conta de abarcar melhor a discussão sobre a compreensão dos historiadores e cientistas sociais sobre o caráter das insurreições ocorridas na América Latina no século 20 se se dispusesse de maior espaço aqui. Em todo caso, ficam indicados alguns elementos fundamentais para uma crítica da falta de precisão conceitual dos autores que abordam esse tema. Dentre as demais obras analisadas sobre a insurreição cubana, pode-se mencionar: **Revolução cubana: história e problemas atuais** (COGGIOLA, 1998); **A revolução cubana** (AYERBE, 2004); **História da revolução cubana** (CHOMSKY, 2015); **Marxismo e socialismo: análise crítica da revolução cubana** (LEAL, 2008); **La revolucion cubana, uma reinterpretacion** (BAMBIRRA, 1973).

Considerações Finais

Uma análise referenciada no conceito de revolução de Marx e dos seus continuadores coerentes com sua teoria permite concluir que as revoluções latino-americanas do século 20 representaram uma reação à generalização das relações capitalistas de produção no continente. No caso do México, a intervenção do campesinato expressa muito bem esse fato. Nasceu como um ato de rebeldia de uma fração da burguesia, foi impulsionada pelo campesinato com suas reivindicações básicas por terra e pela abolição das relações não-livres de trabalho (especialmente a peonagem das *tendas de raia*) e se realizou como uma reforma modernizadora que concretizou juridicamente as relações capitalistas. Em nenhum momento do processo insurrecional o ainda débil proletariado mexicano esboçou qualquer iniciativa no sentido de dar a direção do movimento pela abolição do capitalismo e do estado.

Em Cuba a revolução começou como insurreição cujos participantes almejavam o fim do regime ditatorial comandado por Fulgencio Batista e o restabelecimento do regime eleitoral representativo. No decurso do conflito, os propósitos se alargaram para a realização de reformas sociais radicais. A mais importante delas, era a reforma agrária. Esta, embora tenha se baseado na expropriação dos latifúndios, não culminou com a socialização completa da terra pelos trabalhadores. Na realidade, os meios de produção foram, predominantemente, estatizados, ficando sob o controle da burocracia estatal, com os dirigentes do regime se tornando a nova classe dominante. Todos os autores que

classificam a revolução cubana como “socialista” têm na estatização dos meios de produção e distribuição o sinônimo de socialismo. Concebem este como a “transição para o comunismo”.

Em síntese, ao contrário da interpretação de Borda (1979), não se trata de “revoluções inacabadas”, mas de reformas que cumpriram a tarefa histórica de generalização das relações capitalistas de produção, no caso do México, e de insurreição com objetivos iniciais democratizante e patriótico que desaguou em regime estatista reformista.

Agradecimentos

Agradeço aos alunos bolsistas e voluntários que participaram da execução desta pesquisa e à UEG por assegurar as condições para a sua realização.

Referências

- ARÓSTEGUI, Julio. **A pesquisa histórica: teoria e método**. Tradução de Andréa Dore. Bauru, SP: Edusc, 2006.
- BOBBIO, Norberto *et al.* **Dicionário de política**. Tradução de Carmen C. Varriale *et al.* 12ª ed. – Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2004. 2 vol.
- BORDA, O. Fals. **As revoluções inacabadas na América Latina (1809-1968)**. São Paulo: Global Editora, 1979.
- MARX, Karl. **Para a crítica da economia política; salário, preço e lucro; o rendimento e suas fontes: a economia vulgar**. Traduções de Edgard Malagodi *et al.* 2ª ed. – São Paulo: Nova Cultural, 1986. (Os economistas).
- MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. **A ideologia alemã**. Tradução de Luís Claudio de Castro e Costa. São Paulo: Martins Fontes, 1998.
- NUNES, Américo. **As revoluções do México**. 2ª ed. – São Paulo: Perspectiva, 1999.
- SADER, Emir. **A revolução cubana**. São Paulo: Moderna, 1985.
- VIANA, Nildo. “O capitalismo de estado da URSS”. Disponível em: <http://informecritica.blogspot.com.br/2011/03/o-capitalismo-de-estado-da-urss.html>. Acesso: 24/11/2015.